

A. I. Nº - 281392.0045/21-2
AUTUADO - GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO
AUTUANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 20/10/2021

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0158-01/21-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. DOAÇÕES RECEBIDAS. O Autuado comprovou que o valor recebido se trata de herança, e que efetuou o pagamento do imposto no processo de inventário. Infração insubsistente. Auto de infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 02/02/2021, formaliza a exigência de imposto no valor total de R\$28.200,44, mais multa de 60%, em decorrência da falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos (41.01.01), tendo como data de ocorrência 30/04/2016.

Enquadramento Legal: art. 1º, inciso II, da Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989.

Multa aplicada: art. 13, inciso II, da mesma lei supracitada.

O contribuinte ingressou com defesa administrativa em 30/06/21, peça processual que se encontra anexada às fls. 24/25.

Alega que a autuação considera herança como se fosse doação.

Informa juntar ao processo sua declaração de imposto de renda do exercício 2016, ano-base 2015, onde consta, no item “transferências patrimoniais doações e heranças”, o valor de R\$80.572,69, em nome de Maria Terezinha Santos Novaes.

Acrescenta que o autuante não verificou que na própria Sefaz existe um processo de inventário e partilha, além de uma sobrepartilha, onde o autuado e sua esposa Maria Teresa Pondé de Oliveira Pinto - casados na época com comunhão universal de bens, receberam herança de Maria Terezinha Santos Novaes, através de duas escrituras públicas.

Assevera que o valor total da herança foi de R\$431.531,04, cujos impostos estaduais no valor de R\$ 34.522,48, mais multa de R\$1.726,12, foram pagos para que a escritura fosse lavrada. Ressalta que um sexto do valor é que lhe faz parte, juntamente com sua esposa.

Pontua que efetivamente foi recebido o valor de R\$74.153,39, sendo que os impostos estaduais, no valor de R\$5.932,27, e a multa no valor de R\$296,61, foram pagos.

Ao final, afirmando que todos os impostos foram pagos ao Estado da Bahia, com a alíquota prevista para herança, solicita o cancelamento da exigência.

O autuante em informação fiscal à fl. 50, inicialmente comenta que por intermédio de convênio de cooperação técnica firmado com a Receita Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia deu início ao cruzamento de informações prestadas nas Declarações de Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas domiciliadas neste Estado, relativas a situações que indiquem possível falta de recolhimento do ITD instituído pela Lei Estadual nº 4.826/89.

Diz que com base nessas informações, o Sr. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO, inscrito no CPF sob o nº 074.883.515-68, foi autuado pela SEFAZ/Ba, para recolhimento do ITD referente à doação recebida e declarada na DIRPF, ano calendário 2015.

Esclarece que o Auto de infração traz um débito apurado, referente a 2015, no valor total de R\$2.820,04 (que é resultado da aplicação da alíquota de 3,5% sobre a base de cálculo de R\$

80.572,68).

Acata as alegações do contribuinte, reconhecendo que o inventário foi processado em 2015 e que se refere ao espólio de Maria Terezinha Santos Novaes, falecida 8/6/2014.

Menciona que no IR, a mesma consta como transmitente na transferência patrimonial, e que se considerando a data do óbito, não existe a possibilidade de ter ocorrido transmissão em vida.

Acrescenta que no formal de partilha, comprova-se que Maria Teresa Pondé de Oliveira Pinto é uma das herdeiras e casada com o autuado.

Ao final, dizendo que restou comprovada que a transferência patrimonial teve origem em inventário, opina pela improcedência da autuação.

VOTO

Inicialmente, devo destacar que o lançamento obedeceu a todos os requisitos previstos na norma, para validade, e consequente produção de efeitos, especialmente quanto à observância do art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99.

O presente Auto de Infração, foi lavrado com base em cruzamentos de informações prestadas nas declarações de imposto de renda de pessoas físicas domiciliadas neste Estado.

A acusação é a falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação recebida pelo autuado.

O autuado contestou a cobrança, argumentando que não se tratou de doação, mas herança recebida, juntamente com seu cônjuge Maria Teresa Pondé de Oliveira Pinto - casados no regime de comunhão universal de bens.

Anexou aos autos, formal de partilha e parte do IR, onde consta a transferência patrimonial.

O autuante, por sua vez, acatou a argumentação defensiva, reconhecendo que o inventário foi processado em 2015, e que se refere ao espólio de Maria Terezinha Santos Novaes, falecida 8/6/2014.

Deve ser ressaltado, que na DIRPF do autuado, o “de cujus” consta como transmitente na transferência patrimonial, e que pela data do óbito, não existe a possibilidade de ter ocorrido transmissão em vida.

Destarte, no formal de partilha, restou comprovado que Maria Teresa Pondé de Oliveira Pinto é uma das herdeiras, casada com o autuado, e que a transferência patrimonial teve origem em inventário, cujo imposto devido foi recolhido.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281392.0045/21-2**, lavrado contra **GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 23 de setembro de 2021.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - JULGADOR